

Acessando o campo político através da esfera pública capixaba. A Central Brasileira em debate na década de 1940

Douglas Edward Furness Grandson (Mestre em história UFES)

Resumo:

Com a redemocratização de 1945 a política brasileira passou por uma fase ímpar em sua História. Tornou-se uma democracia marcada pelo Estado Novo de Vargas. Em nível nacional e regional o campo político democrático foi delineado pela elite, com o protagonismo do PSD, e, em segundo lugar, da UDN. Desse modo, os atores políticos, intelectuais e civis calcularam essa realidade e o espaço possível para movimentos políticos dentro desse campo. A esfera pública, por sua vez, era estreita, ainda muito marcada pela tradição autoritária do Estado Novo. Dentro dela o campo intelectual nos fornece um acesso ao campo político, aquele em que ocorrem suas lutas intestinas e as trocas simbólicas com o público. Para tanto, a análise de vários jornais capixabas se fez útil, particularmente, na observação de um tema muito vivo do debate capixaba: os serviços fornecidos pela Central Brasileira.

Palavras – chave: Redemocratização, campo político, esfera pública, Central Brasileira.

Abstract:

With the democratization 1945 the Brazilian politics underwent a single phase on your History. Has become on Democracy marked by changes in the Estado Novo of Vargas. The national and regional democratic political field was outlined by the elite, with the role of the PSD, and in the background, the UDN. Thus, political actors, intellectuals and civil calculated this reality, and the space for political movements within it. The public sphere were restricted, still very marked by authoritarian tradition of the New State. Within of it the intellectual field provides access to the political field, one in which they occur the infighting and symbolic exchanges with the public. Therefore, the analysis of several capixaba's newspapers is useful, particularly on a view of the theme discussed at a state: the services sold by Central Brasileira.

Keywords: Democratization, political field, the public sphere, Central Brasileira.

Debate teórico

A base desse trabalho conta com o auxílio de dois autores, um filósofo e o outro sociólogo. Respectivamente, Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu. Suas leituras são atentas às estruturas e permitem ao pesquisador observar e captar a realidade segundo seus conceitos, que são de *esfera pública e campus e habitus*. Desse modo, para estudar a realidade capixaba ficou entendido que era necessário observar, num plano, a esfera pública, que é o espaço onde ocorrem debates privados sobre o Estado em geral. E, dentro desse plano, o campo intelectual. Aquele em que atuam os escritores e colunistas de jornal, por vezes médicos ou políticos. A esfera pública e campo intelectual dão acesso ao campo político estabelecido com o processo de redemocratização brasileira em 1945, após o Estado Novo. Demonstrem através de seus discursos o que seria “dizível” ou “indizível” (BOURDIEU, 1989).

Dentro do sistema de trocas simbólicas, a linguagem predominante foi aquela estabelecida pela elite, representada pelo PSD e pela UDN. Partidos que tiveram maior peso na Constituinte, nacional e regional. Para além disso, uma concepção geral direcionou os discursos dos mais diversos atores, as noções *de equilíbrio* e *de autoridade*, pautadas na efetividade das instituições na condução dos *contratos*. Os atores utilizaram essas regras do campo político, convencidos ou não de que elas eram justas. Mas é notável que esse foi um meio constantemente acionado pelos intelectuais representantes de interesses de grupos políticos. Os incentivos simbólicos distribuídos para as pessoas através da esfera pública reforçavam seu papel de consumidores, pois estes deveriam reclamar seus direitos tão somente às autoridades. Organização e ação de rua ou campanhas reivindicativas e nacionalistas seriam opções com custos políticos mais elevados do que a manutenção discursiva dentro dos limites estabelecidos pela elite.

O período em questão, a década de quarenta capixaba, era ainda muito marcado pela agricultura e com a presença da maioria da população no campo. Era também caracterizado por uma esfera pública estreita. Nesta, o debate mais geral sobre o Estado foi monopolizado pela elite dominante, representada por intelectuais ou por elas próprias. Esta elite, porém, tinha falas marcadamente vagas sobre assuntos debatidos a nível nacional. Ou seja, os temas amplos da sociedade debatidos nos grandes centros chegavam ao Espírito Santo redimensionados, reduzidos em comparação ao tamanho que tinham nos principais centros. Mesmo assim, os debates ocorreram, abordando o Estado e suas atribuições. No caso em questão, o papel de fiscalização de uma empresa estrangeira, a Central Brasileira de Força

Elétrica era o assunto. O debate de projetos políticos e econômicos a nível nacional envolvia temas como *Estado, Nação e Industrialização*, caros ao Brasil daquele período (BIELSCHOWSKY, 2004). Na esfera pública capixaba, as formulações argumentativas dos diversos atores políticos estiveram dentro daquelas noções de *equilíbrio, autoridade e contratos*. Foi o caso da Central Brasileira. A questão do petróleo, por outro lado, atraiu o debate para temas como aqueles que articulavam *Estado, Nação e Industrialização*. Foi um “furo” feito na esfera pública capixaba e uma ameaça ao *campus político* estabelecido por uma parte da elite dominante.

A contribuição de Bourdieu em seu livro *O poder simbólico* é pertinente, pois aborda os conceitos *campus* e *habitus*. Esse autor buscou identificar em grupos específicos da sociedade (intelectuais, artistas, políticos) a existência de um campo que os diferencia do seu público. Este campo que seria permeado de regras, características e hábitos historicamente construídos, teria uma autonomia variável em relação à sociedade, conforme o período. Isso pelo fato de que a sua existência, em qualquer área que fosse, necessitaria da legitimação social. Desse modo, se o campo separa um grupo da sociedade, por sua especificidade, isso é possível através da validade que a sociedade lhe atribui. O *habitus*, por sua vez, é o capital dos indivíduos que fazem parte do campo, é o “*corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado” (BORUDIEU, 1989, p.169). Estes, para fazerem parte do grupo, devem estar munidos de competências de ordem técnica, necessárias para as suas atividades. Quanto mais os componentes de um *campus* adquirem *habitus* inalcançáveis pela população, maior a sua autonomia grupal e individual frente à sociedade. Os “clientes”, por questões práticas, ficam mais dependentes de seus “fornecedores”.

É estabelecido, desse modo, um poder simbólico entre um *campus* e a sociedade, através do controle deliberado das informações e *habitus* disponibilizados para o consumo. O capital simbólico que permite essa relação delimita a ação da sociedade no que concerne às atividades exercidas pelo campo. Esse fato é explicado por Bourdieu pela oferta e demanda, conceitos importados da economia política. A sociedade que está fora do *campus* é colocada por este enquanto consumidora de seus produtos, e estes são deliberadamente selecionados pelo grupo para vulgarização. As competências fora dos *campus* são escasseadas. São disponibilizados para a sociedade os instrumentos de percepção e expressão de determinada área (intelectual, artística, política), que são limitados de modo que certo número de

conhecimentos se mantenha como prerrogativa do grupo especializado. Isso com o fito de manter sua autoridade. Segundo Bourdieu, referindo-se a um campo específico:

O campo da política exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço das tomadas de decisão efetivamente realizadas no campo [...] a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos [...] (BOURDIEU, 1989, p.165).

Portanto, no mercado da política, arte, intelectualidade, os produtos são distribuídos conforme os interesses desses campos, que buscam sua legitimidade social através da manutenção de um poder simbólico frente a seus consumidores, pautado em seu capital simbólico. A partir da delimitação do que é ou não possível. Discordamos do funcionalismo de Bourdieu que trata o agente enquanto “operador prático de construções de objeto” e que considera a sociedade passiva, valorizando o aspecto simbólico (e os mecanismos de coerção?). Mas sua contribuição é válida, guardada a devida cautela. O *campus* é formado historicamente, e podemos observar isso com relação ao campo político e intelectual capixaba. Se por um lado, a redemocratização de 1945 mudou o regime político, manteve um campo político com marcas de um governo autoritário (e coronelista?). A política nacional, e por sequência regional, foram pautadas pela noção de autoridade na resolução dos problemas nacionais, assim como nas escolhas político-econômicas. Delimitou-se o espaço da sociedade frente aos problemas políticos, que seria apenas o de trabalhar e reclamar dos problemas, quando fosse o caso. A classe política deveria resolver esses problemas, pois seriam os órgãos competentes. Com isso, a colocação intencional da sociedade em posição de consumidor foi instrumentalizada pelos políticos que estruturaram o processo de redemocratização do país. Mesmo assim, temas amplos iam além da reivindicação à autoridade, como era o caso da imbricação de temas como *Estado, Nação e Industrialização*. O campo político autoritário, porém, marcou bastante Espírito Santo e o seu campo intelectual. O discurso dominante, pautado em uma noção de equilíbrio, era caracterizado pelo ativismo dos políticos e o simples papel de reclamante da população.

Porém, os indivíduos não eram passivos. Tanto no campo político quanto intelectual, havia a adoção de linhas políticas que utilizavam as regras estabelecidas conforme a conjuntura. Depois mudavam de atitude, confrontando as práticas políticas delineadas pelos grupos dominantes. O cálculo político entra em cena, dentro da estrutura política das elites capixabas, assim como ocorreu em outros estados da federação. O discurso nacionalista foi articulado tanto por aqueles que se mantiveram dentro do *campus*, quanto por aqueles que partiram para

o enfrentamento. O campo intelectual se torna, desse modo, o meio de acessar as disputas simbólicas travadas entre os agentes políticos no Espírito Santo. Ao invés de operar tão somente o *habitus*, havia a possibilidade de confrontar, a partir deste, o próprio campo político (através de cargos eletivos). Por meio dos jornais capixabas e de atas da Câmara de Vereadores de Vitória isso é passível de observação.

Apontando as limitações de uma abordagem que não fornece o limite preciso entre ações não intencionais (inconscientes) e intencionais (conscientes), é feita uma proposta teórica (PEREIRA, 2015) que leva em conta as três temporalidades históricas. Nesse caminho, entende-se que no plano estrutural estão as *concepções de mundo, valores, crenças*, que são muito vagas e construídas historicamente a partir da experiência humana. Nas conjunturas, as coletividades e indivíduos podem se apropriar desses valores, dar-lhes um conteúdo com o fito de organizar ou desorganizar pessoas a partir de um *projeto*. No plano da ação, para atingir objetivos, são adotadas táticas de convencimento por parte dos atores, chamadas aqui de *propaganda*. Este conceito nos é caro, pois é aquele presente no plano mais imediato da organização de pessoas através da distribuição de incentivos simbólicos ou coletivos. É através dela que os grupos confrontam seus *projetos*, construídos por meio de sua *visão de mundo*. Com relação à Central Brasileira o debate foi menos pautado em projetos e mais amparado nas noções de *autoridade e equilíbrio*. Ou seja, valores mais amplos e difusos. Mas existiu uma propaganda contra a Central, assim como uma contrapropaganda governista. Isso tudo dentro do campo, obedecendo a esses valores. O nacionalismo, por exemplo, mais diretivo, não foi utilizado. Nesse aspecto todo o *continuum* partidário existente no Espírito Santo (PCB-PTB-PSB-UDN-PSD) ficou subordinado às noções estruturais da política regional no tocante à Central Brasileira. Com relação ao petróleo, por exemplo, cada agremiação envolvida (PCB-PTB-PSB-UDN) lançou mão de suas capacidades organizacionais, incentivos coletivos e seletivos, de modo a ganhar espaço na esfera pública (no caso udenista, mais espaço), e por seqüência, no campo político. Ou seja, fugiu às noções estabelecidas.

Aplicando a teoria e identificando a (s) fala (s)

A política capixaba, seguindo o delineamento do poder a nível nacional, foi organizada pelos interventores estaduais, sobre influência de Vargas. Isso a partir do momento em que se abriu franca concorrência da oposição antivarguista, marcada pelo lançamento do brigadeiro Eduardo Gomes, sem mesmo um código eleitoral! O governo foi pressionado a dar

andamento ao processo de abertura do regime. Foi uma manobra inteligente da oposição, que, ciente das pressões internas decorrentes da aliança do Brasil estado-novista com as democracias aliadas, abriu caminho para a derrocada do governo corporativista de Vargas (BENEVIDES, 1981; GOMES, 2005; HIPÓLITO, 1985; SKIDMORE, 1982).

Este, por sua vez, acionou seus interventores, que em reunião decidiram sobre o código eleitoral. Também substituiu o ministro da justiça, Marcondes Filho, por Agamenon Magalhães, mais simpático à redemocratização (GOMES, 2005). Logo, surgiu a Lei Constitucional nº9 (ato adicional) de 28 de fevereiro de 45 que chamava por eleições gerais, assim como o Decreto Lei nº 7.586, que estabelecia a criação de partidos de âmbito nacional. Assim a legislação eleitoral tomou forma. As eleições para presidência da república se dariam no mesmo ano, junto aos deputados da Constituinte, e governadores (HIPÓLITO, 1985).

Do lançamento de Eduardo Gomes, surgiu a UDN. Um mês depois, surgiu o PSD, partido formado pelos interventores de Vargas, os mesmos que estruturaram o processo eleitoral. No fim de um ano turbulento, com a deposição de Vargas em outubro, o general Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, venceu as eleições. Os deputados e senadores que participaram da Assembleia Constituinte eram, em sua maioria, do PSD e, em segundo lugar da UDN (BENEVIDES, 1981; HIPÓLITO, 1985; SKIDMORE, 1982).

No Espírito Santo, esses dois partidos foram os maiores, como efeito do código eleitoral lançado a nível nacional. O interventor Jones dos Santos Neves refundou o PSD, chamando as mais diversas lideranças políticas, incluindo adversários. Foi uma forma de garantir a vitória para a situação. A estratégia foi eficiente e manteria o partido bem heterogêneo até a eleição para governador, quando então surgiram as dissidências. Foi o caso de Asdrúbal Soares e Atilio Vivácqua, fundadores do Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR) capixabas (SILVA, 1995). O poder no PSD ficou nas mãos do grupo de Jones e Carlos Lindemberg, coronéis que se mantiveram na situação estado-novista. Seu poderio no Espírito Santo foi hegemônico, sendo apenas confrontado quando havia dissidências internas. A retirada do PSD da situação se deu pela aliança da oposição, ocorridas em 1955 e 1962, anos da vitória da Coligação Democrática (UDN – PR – PSP – PTB -PDC) (PEREIRA, 2014).

Os jornais capixabas, aqueles aqui escolhidos para permitir o acesso ao campo intelectual e *ipso facto*, político, serviram de veículos de propaganda dos grupos políticos capixabas. A Gazeta e A Tribuna foram jornais da situação e oposição (liberal moderna) que marcaram a disputa intraelites capixaba. As oposições à esquerda tinham como recursos de propaganda o

jornal A Época, de Cachoeiro de Itapemirim e o comunista, Folha Capixaba. O PTB capixaba não tinha jornal na década de 1940, tendo seus intelectuais escrito nos jornais acima, conforme as alianças conjunturais. Um exemplo disso é a presença de Mario Gurgel, petebista, que escreveu em A Gazeta de Lindemberg.

Cabem melhores apontamentos sobre os jornais. Segundo Martinuzzo (2005) A Gazeta foi um jornal situacionista desde sua fundação em 1928 até 1942, quando foi vendido para Aurino Quintaes e Oscar Guimarães (MARTINUZZO, 2005). A venda não alterou o conteúdo, pois foi mantida a linha política de apoio ao governo oficial. Posteriormente, o jornal passou da situação para a oposição. Em outubro de 1945, foi comprado pelo coronel de São Mateus, Elosippo Cunha (“Lolô” Cunha), para servir de propaganda política para o brigadeiro Eduardo Gomes. Cunha era um udenista convicto. Em 1948, Elosippo Cunha vendeu o jornal. Mas sem saber quem era seu comprador. Um grupo com ligações ao seu adversário político o comprou, passando ao domínio de Carlos Lindemberg. A natureza oculta da negociação pode ser observada na linha política do jornal. Ao invés de saltar da oposição liberal para situação pessedista, manteve sua linha política udenista até meados de 1949. Seu editor chefe era José Olympio de Souza, que havia sido secretário do governo Lindemberg, pela UDN.

Se A Gazeta saltava, lentamente, de oposição para situação, A Tribuna fazia o caminho inverso. Segundo a compilação de Martinuzzo (2005), o jornal teria sido fundado em 1938, por Reis Vidal, jornalista paulista afinado com o fascismo, e assim teria permanecido até ser vendido em 1950. A informação está equivocada, pois o jornal foi vendido em 1949, para o mesmo Elosippo Cunha, que havia sido dono de A Gazeta. O já perrepista (saiu da UDN) tinha a maioria das ações da Gráfica A Tribuna S.A., com 6.600 ações entre ordinárias integralizadas e não integralizadas, preferenciais integralizadas e não integralizadas, seguido por Fernando Duarte Rabelo (PDC), com 100 ações, entre outros¹. Desse modo, o jornal passou do governismo à oposição, pois na época de Reis Vidal, o apoio a Lindemberg era visível em A Tribuna. Os jornais de esquerda permaneceram sob o poder da mesma agremiação, mesmo com as dificuldades financeiras.

A Central Brasileira

Um tema fez as mais diversas posições políticas se manifestarem. Foi a Central Brasileira. O setor energético capixaba, assim como na maioria dos estados brasileiros na década e 40, era provido pelo setor privado. A *Light* e a *AMFORP* dividiam o mercado, em cerca de 70% e

¹ Informações encontradas em A TRIBUNA, na edição do dia 04/06/49, p. 6- 4.

30%, respectivamente. A segunda empresa chegou mais tarde, em 1927, enquanto aquela estava instalada nos principais centros desde 1895 (JOELSONS, 2014). Dentro de um contexto de internacionalização do capital norte americano, a AMFORP foi criada para atuar especificamente no mercado latino americano. Sua chegada ao Brasil seguiu, segundo Joelsons (2014), o caminho das cidades litorâneas não atendidas pela Light. No Espírito Santo e em Cachoeiro de Itapemirim ela era a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica. Em todos os estados, a razão social da empresa era distinta, o que se configurava em uma maneira de se esquivar da fiscalização tributária (FERREIRA, 2012). A empresa assumia os serviços de bondes, lanchas, telefone, produção e distribuição de energia elétrica.

Gabriel Bittencourt (2011) apontou para o fato de que, no Espírito Santo, a empresa passou a ter deficiências no atendimento de seus serviços. Concessionária desde o governo Florentino Avidos (1924 – 1928), a empresa havia atendido a demanda de energia elétrica e até estimulado o consumo de seus produtos e serviços, o que se alterou na década de 40. Isso foi notável através da publicidade da empresa com o Sr./ ”Seu”² Kilowatt. Esse personagem foi identificado em vários estados da federação, segundo os trabalhos de Moraes & Araújo (2011), Arruda (2014), Felduhes (2008), Castro (2014), Ávila (2014) e Cadena (2016), em empresas pertencentes à AMFORP. Mas não era um personagem exclusivo à multinacional, pois era ele o motivo de outra empresa fornecedora de direitos de imagem. Tratava-se da empresa de publicidade, também norte-americana, *Reedy Kilowatt Inc.* Ou seja, o personagem estava em vários lugares do mundo representando empresas do setor.

Esse personagem, um simpático boneco com corpo em formato de raio, nariz de lâmpada e mãos e pés encapados com borracha isolante fazia a publicidade da empresa. A observação desde sua chegada ao Brasil, especificamente no Espírito Santo, de 1936 até 1950, permitiu identificar 3 fases de sua atuação, que sofreu alterações nas conjunturas. A 1ª fase, de 1936 até 1941 configurou-se pelo estímulo ao consumo e enaltecimento das capacidades do Sr. Kilowatt; a 2ª fase, marcada pela politização de guerra, na qual o “Seu” Kilowatt passa a ser um soldado, entre 1942 - 1945; e a 3ª fase, aquela em que o personagem defendia a empresa das críticas vindas da sociedade civil e do *campus* político e intelectual.

Já em 1941, ainda na “fase boa” da empresa, a publicidade alternava a defesa às críticas feitas às suas deficiências com o estímulo ao consumo, tendo ali o início de crise apontada por

² O Sr. Kilowatt era assim chamado até 1941, quando passou a ser chamado de “Seu” Kilowatt. Se antes o slogan era: “Sr. Kilowatt, seu criado elétrico”, passou a ser chamado de “Seu’ Kilowatt, o criado elétrico”.

Bittencourt (2011). A guerra forneceu ao personagem o argumento para as dificuldades: o racionamento proveniente da conversão da indústria de materiais em indústria de guerra. Com o término do conflito, sua atuação foi constantemente marcada pela defesa e justificativa para a situação grave em que a empresa se encontrava. O fim da guerra fez com que o personagem intensificasse a acusação das causas de sua dificuldade no atendimento de suas funções, a “falta de braços” e a “falta de materiais”. A publicidade da Central era, porque não dizer, uma propaganda política da própria empresa. Na 2ª Guerra o personagem havia sido politizado pelo esforço do Nelson Rockefeller, representante do *The Office of Coordinator of Inter-American Affairs*. Mesmo sem produtos para vender, Rockefeller convenceu a General Electric a aumentar o investimento em publicidade (TOTA, 2000), leia-se propaganda política. A partir disso o Sr./ “Seu” Kilowatt foi um trabalhista em defesa da democracia, configurando a aliança entre o The Office e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado por Lourival Fontes (LOCHERY, 2015; TOTA, 2000). Depois da guerra, o personagem se tornou um defensor político de si na esfera pública capixaba.

O campo discursivo em torno da Central

Embora a esfera pública fosse hegemônica pelos jornais da elite, havia uma diversidade de atores políticos, como já citado, com a existência de jornais de oposição liberal, e de esquerda, socialista e comunista. Mas, algo salta aos olhos. Utilizando a Central Brasileira como objeto de estudo, e os discursos referentes às suas deficiências, percebe-se que as opiniões estavam divididas em dois blocos: entre um grupo que defendia a empresa, e outros que a acusavam. Principalmente no tocante ao não cumprimento dos contratos. É difícil imaginar, nesse contexto e pelo volume de reclamações feitas contra a empresa, que alguém a defendesse, mas isso ocorreu.

Quando o jornal A Gazeta era governista, ainda dentro do apoio ao Estado Novo de Vargas, a imagem ressaltada sobre a empresa era de ela se configurava em uma companhia dedicada ao atendimento do consumidor. Logo que o jornal passou a ser udenista, abriu-se espaço para as críticas. No início de um período em que as consequências de guerra tornaram-se um argumento considerado fraco para a deficiência dos serviços, a Central foi ferrenhamente criticada pelo liberalismo moralista da UDN. O médico e colunista, Américo de Oliveira, escreveu desde 1946 até 1949, colunas no jornal A Gazeta, sempre criticando a falta de compromisso da empresa no atendimento ao *contrato* estabelecido com o Governo do Estado. A falta de energia elétrica, de bondes em circulação, os telefones mudos, a falta de lanchas

para o transporte de pessoas até Vila Velha, a falta de ônibus na antiga rua do comércio, a cobrança indevida no aluguel dos medidores de energia, dentre outras coisas, foram às acusações intensamente repetidas pelo médico.

Em uma matéria, o intelectual respondeu até à publicidade da Central. O “Seu” Kilowatt, que reproduzia o discurso oficial da empresa. Este dizia em sua defesa ter tido um pesadelo³ com todas as suas obrigações e altos custos. Oliveira, pautado em tal fato descreveu ter tido um sonho⁴. Neste, a central havia sido vendida, falida, e todos os serviços da nova empresa, a Transportes Urbanos (TU), foram melhorados. Nessa matéria, o autor escreveu que o novo dono da empresa era um jovem inglês, que falava diretamente ao público, com paciência e atenção. O que se percebe com a fala do autor é a *noção de equilíbrio*. Se a Central não atendia à população, deveria abandonar a concessão, deixando o serviço para uma empresa que cumprisse contratos. O autor não questionava o fato de a empresa ser estrangeira, nem privada, apenas a inobservância do *contrato*. Em alguns momentos chegou a esbarrar nesse tipo de crítica, mais nacionalista, mas nada mais do que arranhões à noção de equilíbrio. A crítica era moralista e feita à autoridade. Afinal, os contratos tinham que ser cumpridos.

Como já foi dito, o jornal A Gazeta passou a ser propriedade de Carlos Lindemberg, mas isso às escondidas. Em 1949, Américo Oliveira continuava com sua coluna, intitulada *Essa Central Brasileira...*, assim como aquela *Repisando*⁵. Porém não sabia mais onde estava pisando. Algo estranho ocorreu. No fim de um de seus textos, uma nota da edição do jornal disse que não se responsabilizava pelo que seus colaboradores escreviam. Ou seja, não se responsabilizava pela fala de Américo Oliveira. A resposta do colunista foi rápida, dizendo que não pedia a concordância do jornal, e contribuía ali, com seus escritos, pelo bem da população. Esse evento deixa o sinal de algo mal resolvido. Como o jornal, após três anos de espaço cativo, não só para Oliveira como para outros escritores criticarem a Central, retirava a autoridade do colunista daquela forma? Especificamente no momento em que o jornal fazia uma transição para uma leitura governista?

Um pouco antes desse momento, um evento promoveu um incêndio nos ânimos, no que concerne à Central Brasileira. A justiça do trabalho obrigou a empresa, no final de 1948, a pagar um aumento salarial aos trabalhadores, assim como efetuar o pagamento do descanso remunerado. A Central Brasileira disse que pagaria e pagou, porém, logo entrou com um

³ “Pesadelo”: C.C.B.F.E. In: A Gazeta, 07/12/46, p.4.

⁴ “Sonhei...” Américo Oliveira In: A Gazeta, 11/12/46, p.3.

⁵ A coluna Repisando era o nome anterior dado ao espaço dos textos de Américo Oliveira.

pedido de aumento das tarifas de serviços junto ao Governo do Estado. Isso gerou um grande incômodo dos intelectuais e políticos, pois, em meados de 1948 os serviços da empresa haviam piorado muito, com críticas estampadas nas colunas de reclamação de A Gazeta e A Tribuna⁶. Aumentar as tarifas como um “prêmio” aos serviços da Central era algo absurdo para Oliveira, assim como para vários políticos e intelectuais. Políticos do próprio PSD de Lindemberg se colocaram contra a empresa, como foi o caso de Jefferson de Aguiar, deputado estadual.

Em outra matéria de A Gazeta, de duas páginas, o título dizia: “A verdade sobre a Central Brasileira”⁷. Nesta matéria, a fala simplesmente reproduzia o argumento da direção da multinacional, representada por Joseph Willian Brown, o gerente geral da Central. A falta de materiais e falta de braços teriam gerado dificuldades para a empresa, o que seria uma tendência mundial para o setor de energia elétrica no pós-guerra. O aumento salarial dos trabalhadores, portanto, deveria ser compensado pelo aumento tarifário. Abaixo da matéria, a imagem do “Seu” Kilowatt, na qual o jornal questionava se deveria confiar nas justificativas do “criado elétrico”, de que ele melhoraria seus serviços. A resposta do próprio texto foi positiva. Então fica a pista. O jornal A Gazeta, pouco tempo após ser comprado por Lindemberg, passou a defender a Central Brasileira.

Quando se observa A Tribuna, têm-se mais elementos para entender a questão. Até maio de 1949 o jornal era de Reis Vidal. Era também um veículo de apoio a Lindemberg e ao PSD. Nos autógrafos das atas da Assembleia Legislativa de 15 de abril de 1948, foi encontrada uma homenagem do deputado pessedista, Waldemar Mendes Andrade ao jornal, que mencionava a ligação do jornal com a agremiação.⁸ A postura de A Tribuna, em sua época situacionista, era a de defesa da empresa, reverberando o discurso da Central, os mesmos encontrados em A Gazeta quando era situacionista. Emil Sier, um colunista marcadamente liberal, defensor da ortodoxia do mercado, escreveu algumas colunas chamadas: *Coisas da Vida: C.C.B.* Nesta, defendia o discurso de Joseph Willian Brown e do “Seu” Kilowatt, dizendo que a crise do setor elétrico era mundial, assim como o aumento de tarifas era necessário. Isso pelo fato de que, para conseguir empréstimos e melhorar os serviços da empresa, era preciso ofertar ao mercado números financeiros positivos. O resultado negativo (de lucros) era ruim para a

⁶ Em A Gazeta não tinha uma coluna específica para reclamações populares, ao contrário de A Tribuna, que tinha “A Tribuna do povo”. Nesta, várias reclamações eram feitas a Central, mas justificadas pela boa vontade da empresa e solucioná-los.

⁷ “A verdade sobre a Central Brasileira”. In: A Gazeta, 23/01/1949, p.10-5.

⁸ Autógrafos das atas da Assembleia Legislativa do Espírito Santo em 1948.

empresa e para os consumidores, pois não seria atrativo ao mercado. Sem isso, sem empréstimos. O aviso estava dado. Sem aumento de tarifas, sem melhoria dos serviços. Desse modo, o ponto de vista da empresa era defendido. Logo depois de A Tribuna passar para o perrepista Lolô Cunha e para pedecista Fernando Duarte Rabelo, o jornal passou a criticar Central Brasileira, ou seja, quando passou a ser oposição, voltaram-se as críticas moralistas à multinacional⁹.

A resposta da empresa a tantas críticas foi uma medida paliativa. Comprou um motor diesel elétrico para instalar na Convertidora¹⁰, somando àquele já instalado no governo Florentino Avidos. Em julho o equipamento chegou e nos jornais estava estampada a sua presença, com discursos dos representantes da empresa. A Gazeta teve uma cobertura completa, com a fala direta do gerente geral, o “Mr. Brown”. A Tribuna, naquele momento, muito crítica à empresa, recebeu apenas um engenheiro, e não o gerente Brown. Nesse momento identificou-se que as críticas da UDN ou a de seus partidos satélites (o PR de Lolô Cunha), como identificou Benevides (1984), eram pautadas na *noção de equilíbrio*. Assim que o motor chegou, em uma demonstração de que os serviços da empresa melhorariam o jornal A Tribuna, ferrenho crítico da empresa, voltou atrás em todas as suas reclamações. Redimiou-se justificando que:

“Esse jornal mesmo não tem deixado de reclamar contra a deficiência dos vários serviços da Central Brasileira, mas o teu interesse único tem sido orientado para o bem da coletividade. ***Por isso é que, ao lado da crítica, jamais deixou de reconhecer os préstimos, a utilidade dos serviços da Central Brasileira, a cujos serviços deve nossa capital muito do seu progresso.*** Eis o que manda a justiça seja dito e que dizemos sem constrangimento, de vez que procuramos sempre evitar quaisquer confusões entre o povo e seus servidores, pois está bem claro que as confusões geram malentendidos se tira pouco ou nenhum proveito”¹¹.

Mas essa ideia de equilíbrio não era restrita aos partidos liberais conservadores. O PSB cachoeirense também seguiu essa linha, sempre reclamando aos contratos. Seria surpreendente perceber a mesma atitude com relação ao PCB, o inimigo mais antigo da Central. Mas isso de um ponto de vista do que Panebianco intitulou de *preconceito*

⁹ Vale observar que o uso do termo multinacional não foi utilizada pelos colunistas de A Gazeta, A Tribuna e A Época. Américo Oliveira esbarava na identificação da origem da empresa, mas apenas sugeria, de forma tangencial. Não ia direto ao assunto e ficava nas questões contratuais.

¹⁰ Na rua Sete de Setembro, no Centro de Vitória, estava a Convertidora, local em que ficavam os motores diesel-elétricos da Central Brasileira. Atualmente o local pertence ao Governo do Estado do Espírito Santo, onde está localizado o Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES).

¹¹ A Tribuna, 14/07/49, p.8 – 6. Grifo nosso.

*teleológico*¹². A linha política do PCB, pautada na aliança nacional, defendia a “ordem e tranquilidade”, para que o Brasil se desenvolvesse industrialmente e saísse de um país feudal (MANTEGA, 1984; SANTANNA, 2001; CARONE, 1982).

No jornal Folha Capixaba, cuja disponibilidade de fontes está restrita até 1945, o autor dedicado ao tema Central através da coluna *Crônicas da cidade*, Ivanhoé, sempre remetia a argumentos sobre o não cumprimento dos contratos. Isso sem nenhuma menção a origem internacional da empresa ou politização da população contra ela. Desde a Aliança Nacional Libertadora (ANL), os comunistas acusavam a empresa de extorquir o povo capixaba, para remeter lucro para o estrangeiro¹³. Segundo Zorzal e Silva (1995), o PCB capixaba foi configurado por membros da ANL. Então porque a mudança de postura? O problema era a origem norte-americana, dentro de uma leitura nacionalista (como foi no tempo da ANL) ou uma questão de contratos (como no período da Redemocratização, em 1945)? Depende da situação.

A mudança explica-se pela linha política do partido, que se adequou ao campo político da elite, sempre referente ao clamor a autoridade. Concordou, através dessa linha, que a autoridade era quem deveria resolver o problema da Central, com punições legais e maior fiscalização dos serviços públicos. Vindo de uma ditadura extremamente coerciva, o PCB preferiu não enfrentar a burguesia ou o regime democrático estabelecido, como prevenção ao risco de voltar outro regime autocrático. Mas logo as lideranças identificaram o governo Dutra como uma ditadura vestida de democracia e mudaram sua linha política (SANTANNA, 2001; CARONE, 1982). Após a cassação da legenda em 1946, e dos mandatos dos comunistas, o PCB se dedicou ao enfrentamento, estimulando greves em todo o país, marcando 1948 com movimentos paredistas por todo o país.

Logo, o discurso comunista contra a Central Brasileira mudou no Espírito Santo. Em A Gazeta, os discursos dos vereadores da Câmara Municipal de Vitória eram selecionados e transcritos. Nestes, Hérmogenes Lima Fonseca fez discursos incisivos contra a empresa, identificando sua origem norte-americana. Mostrando o grupo financeiro do qual fazia parte, assim como os lucros que a empresa tinha. Alegava ser injustificado o aumento tarifário

¹² O preconceito teleológico a que o autor se refere é dar como dados os fins da organização, e buscar através dos meios, ou seja, a execução de ações como medidor do desvio ou acerto para a consecução daqueles objetivos finais. Para ele, os objetivos são redefinidos pelas lideranças, que tem como objetivo a sobrevivência da organização. Então existe uma articulação dos objetivos, aqueles originários do partido com aqueles necessários a sua sobrevivência organizacional.

¹³ DOPS, Cxa. 1, p. 63.

pleiteado pela Central. De um discurso que clamava pela ação da autoridade, sem ter criticidade com relação aos interesses estrangeiros no país, os comunistas passaram para um discurso que ia além do moralismo e do legalismo, apontando interesses econômicos geopolíticos estrangeiros que seriam espoliadores do povo brasileiro e capixaba. Logo, Hérmogenes fez questão de mostrar “QUEM É O BANQUEIRO MORGAN”¹⁴, apontando para a sobreposição dos interesses do capital estrangeiro sobre o interesse nacional. Essa existência, segundo ele, geraria um desequilíbrio imanente entre as nações, em benefício da mais poderosa. Isso impediria o crescimento econômico e social do Brasil. Apesar dos protestos, a empresa conseguiu o aumento de tarifas, e o governo Dutra desfechou um período extremamente repressivo com relação à classe trabalhadora e o PCB. O campo político fechava-se, impondo pela coerção o campo das trocas simbólicas. Quem deveria agir era o Estado e só! Carlos Lindemberg, em uma gestão pautada no corte de gastos, provavelmente queria manter a Central como estava, sem ter custos com uma provável encampação. Parecia também ter uma relação com a diretoria da empresa. Tanto A Tribuna quanto A Gazeta, em seus momentos situacionistas na década de 1940 apoiaram a empresa, indicando que Lindemberg era seu parceiro, contra a maioria da esfera pública e do campo intelectual. Porém, ele estava dentro do seu campo.

Conclusão

A política capixaba teve uma contradição fundamental em sua esfera pública. A energia elétrica, transporte, telefonia estavam deficitários. A culpa seria da Central Brasileira, segundo políticos, sindicalistas e sociedade civil (RIBEIRO, 2002). O cotidiano da população de Vitória era marcado pelo (des) atendimento da empresa, tanto que nem a suas novelas no rádio conseguia escutar. O horário crítico de fornecimento de energia, nos quais aconteciam os apagões, eram de 18:00 até as 22:00, hora de lazer da população. Não houve, porém, apesar da identificação da empresa com sua origem estrangeira por alguns atores, a inclusão do tema em um debate nacionalista que tenha tomado vulto. O PCB o fez, mas apenas quando estava acossado pela repressão. E sem sucesso. Os temas: *Estado, Nação e Industrialização* ficaram majoritariamente de lado com relação a esse tema.

A politização nacionalista ocorreu com a Campanha do petróleo. Esta era uma campanha que emanou do Clube Militar (COHN, 1968) e também contou com o protagonismo do PCB. Na

¹⁴ Em seu discurso na Câmara dos vereadores de Vitória, fez essa pergunta, que ele mesmo respondeu. “Câmara Municipal”. In: A Gazeta, 17/07/49, p.6.

abstração de que havia petróleo em solo brasileiro, sem muitas provas concretas disso (SMITH, 1978), houve uma total identificação do nacionalismo, gerando em solo capixaba, uma grande politização acerca desse tema. Nossa suspeita é a de que essa campanha ganhou relevância por causa do papel dos militares nesse debate, o que gerava legitimidade para a população. Os comunistas, atacados pelo regime, uniram seu nacionalismo à campanha. Mesmo em confronto com o regime, a Campanha do Petróleo teve uma participação decisiva do comunismo (TIBIRIÇA, 2004).

A contradição é: enquanto um conjunto de fatos concretos ligados a uma empresa estrangeira (A Central Brasileira) não gerou uma campanha nacionalista, uma ideia ou a convicção de que havia petróleo no Brasil levou ao surgimento de uma das mais importantes campanhas populares do país. *O Petróleo é nosso*. Com relação ao petróleo, o campo político nacional e regional foi ameaçado. Passeatas, mobilizações amplas eram incômodas às elites situacionistas, pois fugiam à noção de autoridade, e conclamavam o povo à ação. Os temas: *Estado, Nação e Industrialização* adentraram na estreita esfera pública capixaba. Mas, com relação às faltas de energia, etc., a questão ficou dentro do campo, nas reivindicações pelo *cumprimento de contratos*, dentro da *noção de equilíbrio* e de *autoridade*. De fato, tanto na questão do petróleo, quando daquele da Central, os trustes estavam em solo brasileiro, e capixaba, seja concretamente, ou no mundo das ideias. O que difere é que um extrapolou o campo político, e o outro ficou dentro dele. E a Central Brasileira ficou grata por mais um “presente de núpcias”¹⁵. O petróleo, já é outra história!

Referências

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita Benevides. **A UDN e o udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **História do Pensamento econômico brasileiro**. 1930 – 1964. São Paulo: Ática, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

CARONE, Edgard. **O PCB**. 1943 a 1964. Vol.II. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, Maria Helena Steffens. **Os modernos criados elétricos**. UFRGS, 2014.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil/ Difusão Europeia do Livro, 1968.

¹⁵ Segundo Américo Oliveira, o contrato com a Central teria sido um “presente de núpcias” dado à empresa. A Gazeta, 12/04/1949, p. 3. Em mais uma união entre o Governo Capixaba e a empresa, não teria sido sua defesa outro “presente”?

FELDUHES, Paulo Raphael. Imprensa e propaganda política: Caminhos do espaço público no Estado Novo pernambucano. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, v. VI, ano 3, nov. 2008.

FERREIRA, Ângela; Silva, Alexandro Ferreira Cardoso; Simonini, Yuri. **Os donos da luz: Sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da Amforp (1927 – 1939)**. Universidad Barcelona, Facultad de Geografía e História, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável**. História da esquerda democrática em São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

JOELSONS, Paula. Amforp em Porto Alegre. **Multinacional norte americana de eletricidade e o papel do gerente geral J.E.L. Millender**. PUCRS, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2512/1/461413.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2017.

LOCHERY, Neil. **Brasil: Os frutos da guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MANTEGA, Guido. **A Economia política brasileira**. Petrópolis/ Vozes, 1984.

MARTINUZZO, José Antônio. **165 anos de jornalismo no Espírito Santo: Impressões capixabas**. Espírito Santo: Ufes, 2005.

MARTINS, Jordan Ávila; NEVES, Helena de Araújo; SILVEIRA, Gabriela Rodrigues. Mascotes da publicidade impressa: O caso do Sr. Kilowatt. Pelotas, 2014. **Anais da jornada de iniciação científica da UFPEL**. Pelotas: UFPEL, 2014, p. 1-4.

MORAES, Tiago Cavalcante; ARAÚJO, Kátia Medeiros. Consumo de produtos elétricos no Recife dos anos 30. São Paulo, 2014. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-Anpuh**. São Paulo, 2014, p. 1-17. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308098068_ARQUIVO_ConsumodeprodutoseletricosnoRecifedosanos1930.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: Governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Espírito Santo: Edufes, 2014.

_____. **Teoria e Metodologia em História: o tratamento das fontes**. Espírito Santo: Ufes, 2015.

PITTOL, Marlon. Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal de Vitória: leituras e propostas. In: GIL, Antonio Carlos Amador, PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco e JESUS, Graziela Menezes de (Orgs.). **Estudos de história política e das ideias**, v.1. Vitória: LEHPI/UFES, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. **Excelsos Destinos**. História da energia elétrica no Espírito Santo. 1896 – 1968. Espírito Santo: Edufes, 2010.

_____. **Sinergia – ES** de Getúlio a Lula. Espírito Santo: Flor & Cultura, 2002.

SANTANNA, Marcos Aurélio. **Homens partidos**. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Glayse Ferreira Perroni. A mensagem visual nos anúncios publicitários Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Palavra e imagem, Rio de Janeiro, v. 26, n. 44, p. 329-346, 2012.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SMITH, Peter Seaborn. **Petróleo e política no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: UNB/Artenova, 1978.

TIBIRIÇA, Maria Augusta. **O petróleo é Nosso: A luta contra o “entreguismo” pelo monopólio estatal**. São Paulo: Ipsis, 2004.

TOTA, Pedro Antônio. **O imperialismo sedutor: Americanização do Brasil na época da 2ª Guerra**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2000.

Fontes

Autógrafos das atas da Assembleia legislativa do Espírito Santo (1947 – 1948). Arquivo da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Dossiê Dops 1935. Fundo Dops/ Cxa 01 N° 6. Investigação acerca das atividades da Aliança Liberal e do partido comunista do Espírito Santo.

Jornal A Época. (1946 – 1949). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal A Gazeta (1936 – 1949). Arquivo Público do Espírito Santo.

Jornal A Tribuna (1948 – 1949). Arquivo municipal de Vitória.

Jornal Diário da Manhã (1927). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal Folha Capichaba. 1945. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Revista Vida Capichaba. (1935/ 1945 – 49). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/ Arquivo Público do Espírito Santo.